

20º Seminário de Diamantina 2024

Área 3: História econômica, do pensamento econômico e demografia histórica

**Teoria do consumo na Economia:**  
*Um resgate da contribuição de Hazel Kyrk*

Jaqueline Zamboli de Arruda (UFSC)

Solange Regina Marin (UFSC)

Liana Bohn (UFSC)

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo, no âmbito da história do pensamento econômico e mulheres, retirar da invisibilidade a contribuição de Hazel Kyrk para a pesquisa e o ensino da teoria do consumo na Economia. O precursorismo de Kyrk na Teoria do Consumo é observado principalmente no fato de situar o consumidor na ordem industrial, analisar como o consumo afeta a atividade econômica, além de aproximar a Economia de outras áreas de conhecimento para compreender como se formam os hábitos, os padrões de consumo e o comportamento dos indivíduos.

**Palavras-chave:** Hazel Kyrk. Consumo. Economia. HPE e Mulheres.

## **Teoria do consumo na Economia:** *Um resgate da contribuição de Hazel Kyrk*

### **1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

A teoria econômica sobre o consumo emerge em meados de 1860, quando os economistas começaram a investigar o comportamento dos agentes através da avaliação das relações entre renda, preço e demanda. Apoiando-se no individualismo metodológico e assumindo a premissa da racionalidade e do autointeresse, a abordagem microeconômica modifica a lente até então utilizada na Economia Política, focando na eficiência de uma sociedade capitalista já consolidada. Em vez de olhar para a promoção do crescimento nacional, contenta-se em maximizar a utilidade dos consumidores (e o lucro dos empresários), na expectativa de que o livre jogo das forças de mercado concorrenciais promoveria a melhor alocação dos recursos econômicos.

Os expoentes daquilo que viria a ser conhecida por Revolução Marginalista – William Jevons (1835-1882), León Walras (1834-1910) e Alfred Marshall (1842-1924), entre outros – refletem as mudanças no ambiente intelectual da época, inspirando-se nas ideias newtonianas na tentativa de “imitar as conquistas da ciência – notadamente da física, amplamente considerada a ciência mais bem-sucedida” (Backhouse, 2007, p. 202). É sob este pano de fundo que acontece a profissionalização das Ciências Econômicas, *pari passu* com o afastamento de suas origens na filosofia política; e a concepção de uma nova Economia se dá mediante uma formalização matemática do comportamento dos agentes, capazes de avaliarem mudanças marginais.

Tornando-se a corrente preponderante no debate econômico, a teoria marginalista será colocada em suspensão quando o mundo sob o qual se sustenta passa a se desintegrar, o que é manifestado no processo de concentração produtiva da 2ª revolução industrial, nas guerras e nas novas formas de imperialismo, nas revoluções sociais e, especialmente, na crise de 1929. A possibilidade de que as forças de mercado talvez não conseguissem promover uma ótima alocação de recursos está na base d’*A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* de John Maynard Keynes, publicada em 1936, sob a qual a demanda agregada aparece como fator explicativo para as flutuações macroeconômicas.

Ainda que o desenvolvimento da Macroeconomia lance luz ao consumo, visando explicar seu comportamento agregado, poucos foram os avanços em termos de uma nova *teoria econômica do consumo*, permanecendo válidos muitos dos princípios neoclássicos do comportamento individual. Isso ocorre mesmo após o debate da teoria comportamental, que reconhece as fragilidades da racionalidade, de modo que os agentes podem resistir a mudanças e fazer escolhas influenciados pelo meio em que estão inseridos, já que são marcados por vieses de comportamento.<sup>1</sup>

A ideia de que o consumo tem um caráter social e institucional, entretanto, não é recente e está em *Theory of Consumption*, livro publicado em 1923 por uma das mulheres pioneiras da Economia - Hazel Kyrk (1886-1957). A invisibilidade da autora, de sua obra e de suas contribuições ao debate microeconômico evidencia o apagamento dela e de muitas outras mulheres na história do pensamento econômico, majoritariamente constituído por homens. Na tentativa de romper com o androcentrismo que marca a disciplina, economistas feministas têm destacado a importância da recuperação de pensadoras marginalizadas profissionalmente, assim como das discussões por elas propostas<sup>2</sup>. No caso de Hazel Kyrk, os esforços são ainda pequenos e este trabalho se soma à tentativa de lançar luz sobre as contribuições da autora.

<sup>1</sup> Para uma discussão sobre racionalidade, ver: Simon (1976). Sobre economia comportamental e vieses comportamentais, ver: Bianchi (2010), Camerer (1995) e Kahneman (2012).

<sup>2</sup> Para mais discussão, ver: Kuiper (2022), Becchio (2020) e Schienbinger (2001).

Como Kyrk (1923) pontua a importância da abordagem microeconômica, aprofundando sua análise no âmbito do consumo e apresentando novas perspectivas para esse campo de estudo, consideramos ser fundamental no processo de reparação histórica da vida e da obra da pensadora três perspectivas: (i) um breve resgate do pensamento econômico sobre o consumo enquanto foco de discussão, o que é realizado na segunda seção; (ii) uma investigação (e constatação) do apagamento da obra de Kyrk por meio de uma pesquisa bibliométrica que se soma à análise de ementas de disciplinas de algumas universidades brasileiras, com os resultados sendo discutidos na terceira seção; e (iii) uma exposição das contribuições de Kyrk, evidenciando seu pioneirismo no debate econômico e sua aproximação com a Economia Institucional, constantes na quarta seção, seguida das considerações finais.

## 2. BREVE TRAJETÓRIA DAS TEORIAS DO CONSUMO

Ao revisitar a história das doutrinas econômicas sob uma perspectiva cronológica, Hugon (1980) deixa evidente que, no que tange ao consumo, não há muito a se explorar na antiguidade. Na sociedade grega, por exemplo, o pensamento econômico estava aquém da discussão filosófica, embora as contribuições de Platão, Hípias, Protágoras, Aristóteles e Xenofonte tenham sido incorporadas por economistas clássicos. Entre os romanos, já se delineia um distanciamento entre a produção – a ser realizada pelos povos conquistados e escravizados, o comércio – indigno a um homem livre –, e o consumo, objeto das classes privilegiadas. A cisão de atividades indica, portanto, o surgimento de um caráter social relacionado ao ato de consumir, para além de um desejo individual.

Avançando para a Idade Média, a discussão sobre o consumo surge para entender o papel do dinheiro e do empréstimo a juros, condenado pela Igreja Católica, e também para suprir uma necessidade de tornar as trocas justas, de acordo com os princípios estabelecidos na época. Neste caso, novamente se observa um caráter socialmente determinado do consumo já que, por exemplo, “o justo salário deve permitir ao operário viver, com sua família, de acordo com a tradição da sua classe e com os costumes locais” (Hugon, 1980, p. 51).

Este caráter se mantém, mas com outra roupagem, no período de transição do feudalismo para o capitalismo, com a vigência das políticas mercantilistas em pleno Renascimento. As transformações históricas levaram a uma nova interpretação sobre o consumo, o bem-estar e o luxo, com o comércio assumindo a centralidade na distribuição de uma riqueza estática entre os países e entre as classes sociais. Nesta lógica, o consumo pode assumir uma faceta negativa se relacionado à redução do superávit comercial. É por isso que, na França bulionista, ganha destaque as políticas associadas à limitação do consumo no mercado doméstico de produtos considerados de luxo.

A inflexão da análise comercial para a produção ocorrerá já na primeira escola econômica, a Fisiocrata, reforçando-se entre os pensadores da Escola Clássica. O consumo, portanto, passa a assumir uma posição marginal nas discussões econômicas da época, embora seja reavido por Karl Marx em sua análise do processo capitalista de produção a partir de dois conceitos relacionados ao fetichismo da mercadoria – a alienação e a opressão. Acrescentando ao consumo um caráter social, mas mais atrelado à produção, aos trabalhadores e as relações entre estes, Mancebo et al. (2002, p. 326) mostra que:

(...) a natureza do objeto que consomem abre as portas para uma alienação mais profunda, a da naturalização das relações sociais de produção e de trabalho, de modo que o encobrimento da realidade social do produto serve à exploração das forças de trabalho que o produziram. O resultado desse processo, portanto, é a opressão das massas consumidoras, mas também e, principalmente, das massas trabalhadoras.

Ao remontar as teorias econômicas sobre o consumo, Mello e Delboni (2014) argumentam que os primeiros estudos sobre o assunto tiveram início no período contemporâneo à Revolução Marginalista, que dá ensejo à criação da Escola Neoclássica. Nestes trabalhos, visava-se determinar

as relações entre renda, preço e demanda, além da busca um parâmetro para medir a satisfação individual dos consumidores, o que promove a definição do valor atrelado à utilidade dos bens, com o propósito de satisfazer as necessidades humanas. Ao modificar o método econômico e apoiar-se no individualismo metodológico, a abordagem neoclássica opta deliberadamente por uma estratégia de normatização da vida humana, o que se reflete na construção de um modelo de agente econômico padrão, independente de seu meio e, portanto, distanciado de uma organização social.

Tais lições e postulados, entretanto, mostram-se infiéis à realidade com a emergência da Crise de 1929, quando o comportamento esperado do consumidor e do mercado passa a rivalizar com os amplos níveis de desemprego dos fatores de produção. A retomada de uma abordagem macroeconômica, agora apoiadas nas contribuições de John Maynard Keynes, desvia o consumo individual para o comportamento do consumo agregado que, por seu turno, modifica-se a partir de fatores psicológicos. Isso porque a flutuação da demanda agregada – associada a variações no consumo das famílias (que depende da renda disponível e da propensão marginal a consumir), nos gastos do governo, nos investimentos (que dependem das expectativas empresariais) e nas relações comerciais com o exterior – podem inviabilizar o pleno emprego em função da rigidez de preços, distanciando-se do equilíbrio previsto nos modelos neoclássicos, assim como da preterida maximização de bem-estar social.

É notável que, mesmo antes da obra seminal de Keynes, Hazel Kyrk tenha publicado seu trabalho sobre o consumo, divulgado em 1923, argumentando sobre *as variáveis* que o afetavam, incluindo características psicológicas e sociais. N' *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, entretanto, não há qualquer menção à contribuição da autora, embora Keynes provavelmente conhecesse sua obra, pois atuou como editor no *Economic Journal* no período de 1911 a 1945. Em 1926, na edição de número 142 da Revista, foi publicada uma resenha sobre a obra de Kyrk feita por MacGregor, que era coeditor do periódico desde aquele ano (TREZZINI, 2022).

De forma contemporânea à obra de Keynes, Samuelson publica, em 1937, um estudo sobre as decisões de consumo, mostrando que as variações de renda no curto prazo poderiam não explicar as flutuações de consumo no presente, uma vez que os agentes levam em conta as possibilidades de consumo no longo prazo. Há uma a postergação do consumo mediante a necessidade de adiá-lo para o futuro, quando são consideradas as necessidades vindouras (MELLO; DELBONI, 2014).

Tal interpretação antecipa alguns pontos da abordagem monetarista, que emerge no ano de 1956 a partir de um conjunto de textos organizados por Milton Friedman (*Studies in Quantity Theory of Money*), no qual se rejeita a visão keynesiana ao resgatar ideias da teoria clássica, principalmente a Teoria Quantitativa da Moeda (TQM). Neste sentido, Mello e Delboni (2014, p. 103) destacam que:

Recorrendo ao ciclo de vida e longevidade dos indivíduos, a Escola Monetarista pretendeu mostrar que não seria racional, para o indivíduo, ampliar seu consumo sempre que aumentasse sua renda. Segundo essa teoria, o indivíduo planeja suas despesas intertemporalmente, maximizando sua satisfação no longo prazo, para o que deve ser considerado o fato de que cada indivíduo possui dois momentos importantes em sua vida: a vida economicamente ativa e a aposentadoria.

Com esta nova inflexão teórica, nota-se a retomada da ideia de um indivíduo racional, que faz escolhas racionais e maximizadoras, o que será bastante debatido tanto no âmbito macroeconômico, quanto nos novos enfoques microeconômicos, nos quais se inclui a Economia Comportamental. Entre eles, entretanto, não há menções à Hazel Kyrk, o que se refletirá no seu apagamento no debate do período, assim como na forma como esse debate chegará na discussão acadêmica do presente. Antes de dar voz à autora, cabe identificar, portanto, o seu apagamento na formação dos atuais economistas, o que é tema da próxima seção.

### 3. A PRESENÇA/AUSÊNCIA DE KYRK NO DEBATE ACADÊMICO E NA FORMAÇÃO DOS ECONOMISTAS

Para evidenciar o apagamento das contribuições de Kyrk e de sua obra seminal – *Theory of Consumption* – foram utilizados dois métodos. O primeiro consiste na busca por referências ou citações à autora em artigos, livros ou outras publicações, mediante termos como *home economics*, *teoria do consumo* e *theory of consumption*, utilizando a ferramenta bibliométrica *Publish or Perish*<sup>3</sup>. O segundo se vale da análise do conteúdo programático e da bibliografia das disciplinas obrigatórias relacionadas à microeconomia ofertadas por dez cursos de Economia em faculdades/universidades brasileiras, que tinham na ementa o tópico de Teoria do Consumidor<sup>4</sup>.

Tomando como referência o período de 1923 a 2023 (quando disponíveis nas bases dados), observam-se poucas ocorrências em relação aos termos pesquisados<sup>5</sup>, dentre as quais muitas são de autoria da própria Hazel Kyrk. Compreendem trabalhos diversos publicados em revistas, como *Journal of Political Economy* e *American Journal of Sociology*. Em parceria com outros pesquisadores, há artigos na *Journal of Home Economics*, *Marriage and Family Living* e *The Quarterly Journal of Economics*.

As menções ao trabalho de Kyrk aparecem em 41 publicações que referenciam seus livros, como *Economic Problems of the Family* e *The Family and the American Economy*, além de artigos como *The Family in Chicago: A Study of Selected Census Data, Education and Rational Consumption* e *The Selection of Problems for Home Economics*. Citações à sua principal obra abarcam sete destes trabalhos, além de outros dois que comentam sobre sua vida e as principais contribuições. Dentre eles, está o artigo de Mason (2000), que salienta que a autora não apenas revela as limitações da teoria do consumo contemporânea, mas propõe uma abordagem interdisciplinar que aparecerá na segunda metade do século XX, embora sem os devidos créditos a Kyrk.

Além desta referência, destaca-se o trabalho de Stepnicka e Wiaczek (2019), intitulado *Time banks vs household production theory and threats to the fiscal security of the state*, que coloca Hazel Kyrk como fundadora da Economia Doméstica, junto a Margaret Reid e Elizabeth Hoyt. A partir disso, ao unir os conceitos *Home Economics* e *Theory of Consumption*, seis publicações são relatadas, dentre as quais está o artigo de Z. Clark Dickinson<sup>6</sup>, que ressalta como a obra seminal de Kyrk representava um importante marco para o início dos estudos no campo do consumo. Também há uma resenha feita por Kyrk sobre o livro *The Economics of Consumption*, de Charles S Wyand, além de um capítulo de livro intitulado *Hazel Kyrk and the Ethics of Consumption*.

A pesquisa do termo *Teoria do Consumo* em português gera apenas uma ocorrência, o artigo *História do Pensamento Econômico e as Mulheres: a teoria do consumo de Hazel Kyrk (1886–1957)*,

<sup>3</sup> A escolha da ferramenta teve como base o trabalho de Moreira, Guimarães e Tsunoda (2020), no qual se comparam 16 opções para a análise bibliométrica. A partir de critérios como (i) possuir licença gratuita, (ii) ter tido última atualização entre 2017 e 2019, (iii) qualidade dos documentos, e (iv) interface gráfica, o estudo destaca as quatro melhores possibilidades – *Biblioshiny*, *CiteSpace*, *Publish or Perish* e *VOSViewer*. A opção pelo software *Publish or Perish* se dá por seu diferencial em permitir a pesquisa direta no *Google Acadêmico*, além de explorar uma alta variedade de arquivos provindos de diferentes bases científicas. Para este trabalho, consideram-se as seguintes bases de dados: *Crossref*, *Google Scholar*, *OpenAlex*, *Scopus*, *Semantic Scholar* e *WoS*.

<sup>4</sup> 195 universidades, faculdades ou Centros Universitários de Ciências Econômicas foram avaliados no Enade 2018. A fim de selecionar uma amostra significativa, adotou-se como critério que os cursos escolhidos tivessem um número mínimo de alunos concluintes acima da mediana do total de alunos concluintes inscritos no exame, e que houvesse, no mínimo, uma faculdade/universidade de cada região do Brasil. Ao aplicar este corte, foram selecionadas as 8 melhores faculdades em nota do Conceito Enade (EBEF-FGV/RJ, UnB, UFMG, PUC-Rio, UFRJ, FECAP, Insper e UDESC), seguidos pela melhor faculdade nesse requisito da região Nordeste (UFPE) e da região Norte (UFAM).

<sup>5</sup> Os resultados da pesquisa passaram por um tratamento. Na primeira etapa, procede-se com a exclusão de artigos e publicações repetidas (que apareceram em mais de uma base de dados ou mais de uma vez na mesma base), bem como dos resultados com informações incompletas ou errôneas (que não possibilitam localizar a publicação pelas informações disponíveis). Na sequência, houve a verificação de cada um dos artigos e publicações mencionados, o que garante a integridade e veracidade dos dados.

<sup>6</sup> Dickinson, Clark, Z. Kyrk's Theory of Consumption, *The Quarterly Journal of Economics*, v. 38, n. 2, p. 343-346, 1924.

publicado por Fischer *et al.* (2023). De acordo com as autoras, assim como já destacado por Mason (2000), o consumo deveria ser abordado de maneira interdisciplinar, enquanto um processo ativo que impacta os rumos da economia. Isso não parece acontecer, entretanto, no estudo da Microeconomia, ainda centrada nos modelos neoclássicos.

Para verificar isso, parte-se para o segundo método utilizado neste trabalho. A partir das informações disponíveis sobre as disciplinas ofertadas na área de Microeconomia pelos dez cursos de graduação em Ciências Econômicas escolhidos<sup>7</sup>, 15 apareceram contendo a temática do consumo em suas ementas – Fundamentos de Microeconomia, Microeconomia I e Microeconomia II, ou similares. Em relação à bibliografia recomendada, tanto a obrigatória quanto a complementar, o autor que mais aparece é Hall R Varian (*Microeconomia Princípios Básicos*), seguido por Robert Pindyck e Daniel Rubinfeld (*Microeconomia*).

Pindyck e Rubinfeld (2014, p. 3) destacam, no que tange ao consumo, que a Microeconomia “esclarece como os consumidores tomam decisões de compra e de que forma suas escolhas são influenciadas pelas variações de preços e rendas”, além de analisar como se dão as relações entre consumidores e empresas. Pouco mais adiante, os autores argumentam sobre os dilemas encontrados na disciplina, uma vez que a maximização do bem-estar do consumidor se ancora na renda (a restrição orçamentária) e nas preferências pessoais, demarcando a escolha ótima. Ao entender o processo de escolha, é possível delimitar a demanda, isto é, a relação entre a quantidade de bens que os consumidores desejam consumir aos diferentes preços.

Esta análise padrão também é observada em Varian (2006). Entretanto, em ambos os manuais, há expansões para abarcar a crítica à racionalidade, expressa na Economia Comportamental, que examina aspectos psicológicos da tomada de decisões, incluindo o gerenciamento pessoal de risco e a probabilidade. Isso evidencia que os avanços recentes da disciplina estão, paulatinamente, sendo incorporados nos livros de Graduação, embora sem que se estabeleça uma revisão (ou reavaliação) das teorias passadas, que também traziam reflexões importantes para diferentes temas. Sem esta reavaliação, propostas teóricas como as realizadas por Hazel Kyrk, ficam limitadas à discussão em História do Pensamento Econômico, sem dialogar diretamente com a área a que se destinavam enquanto contribuição. A partir deste apagamento observado, é preciso dar luz à interpretação da autora sobre a teoria do consumo.

#### **4. HAZEL KYRK: AS CONTRIBUIÇÕES DA MULHER PIONEIRA NA TEORIA DO CONSUMO.**

##### **4.1 A economista, a Economia Doméstica e a Economia Institucional**

Hazel Kyrk nasceu no dia 19 de novembro de 1886, em Delaware, no estado de Ohio, nos Estados Unidos. Seu pai, Elmer Kyrk, era carroceiro, e sua mãe, Jane Benedict Kyrk, dona de casa. Formou-se no Ensino Médio aos 15 anos e, aos dezoito, ingressou na *Ohio Wesleyan University*. Para se manter financeiramente, trabalhava na casa do professor de economia Leon Carroll Marshall que, ao ser contratado pela Universidade de Chicago, levou Kyrk consigo. Ela se formaria em Economia em 1910, aos 24 anos, e após atuar como instrutora no *Wellesley College*, retornou à Chicago para seu doutorado. Em 1914, lecionou no *Oberlin College* e, em 1918, seguiu seu orientador (James A. Field) a Londres para se dedicar à tese. Nesse período, ela também trabalhou como estatística na *American Division of the Allied Maritime Transport Council* (DIMAND; LOBDELL, 2008). Em 1920 sua tese foi aceita, sendo publicada em 1923 com o título *A Theory of Consumption*, que

---

<sup>7</sup> Não foi possível encontrar as informações de ementa e bibliografia indicada para o curso de Ciências Econômicas na FECAP.

conferiu à Kyrk o prêmio *Hart, Schaffner and Marx*. Seis anos depois, ela também publicou *The Economic Problems of the Family*.

Entre 1923 e 1924, Kyrk trabalhou no *Food Research Institute of Stanford University*, sendo coautora de um estudo sobre a indústria de panificação norte-americana e, posteriormente, de 1924 a 1925, lecionou no *Iowa State College*. No ano de 1925 também se filiou à Universidade de Chicago como professora, permanecendo lá até 1952, ano de sua aposentadoria. Estava ligada aos Departamentos de Economia e de Economia Doméstica (*Home Economics*), tornando-se professora titular apenas em 1941. Neste período, “(...) ela fez da Universidade de Chicago o principal centro de Economia Doméstica e de Consumo, supervisionando muitas dissertações, notadamente *The Economics of Household Production* (1934) de Margaret Reid” (DIMAND; LOBDELL, 2008, p. 776).

Além da produção universitária na construção de um debate sobre o consumo, Kyrk passou a transitar por outros espaços, aplicando suas análises. De 1938 a 1941, trabalhou como principal economista no *Bureau of Home Economics*, do Departamento de Agricultura e, em uma de suas publicações, liderou a construção de indicadores para a avaliação do custo de vida. Além disso, em 1943, passou a presidir o Comitê Consultivo do Consumidor do Escritório de Administração de Preços durante a guerra e, após o término do conflito, presidiu o Comitê Técnico Consultivo do *Bureau of Labor Statistics*, onde reviu o índice de preços ao consumidor (DIMAND; LOBDELL, 2008).

A partir desta breve biografia e antes de adentrar no escopo da discussão sobre o consumo, é preciso trazer uma rápida reflexão sobre o pioneirismo de Kyrk na Economia Doméstica, que surge a partir do esforço de Ellen H. Richards<sup>8</sup> para melhorar a qualidade de vida das pessoas através do ensino de lições sobre higiene. Richards, conforme Philippy (2021), compreende a primeira geração de economistas domésticas, sendo sucedida pela geração de Kyrk no período de 1920 a 1940. Em comum, ambas abordavam a melhoria do bem-estar da família, mas a primeira refletia sobre os métodos científicos envolvidos no processo, enquanto a segunda dava maior atenção às escolhas de consumo do agregado. É neste período que a Economia Doméstica será institucionalizada através da criação, em 1923, do *Bureau of Home Economics*, ligado ao Departamento de Agricultura dos Estados Unidos.

Apesar da ruptura geracional e de conteúdo, com a centralidade da Economia Doméstica passando das Ciências Sanitárias para a Economia, é importante destacar que Ellen Richards foi quem, dentro dessa área de estudo, começou a se interessar por analisar as práticas de consumo, ao notar uma mudança importante ocorrida nos Estados Unidos no fim do século XIX – diversas tarefas domésticas foram substituídas por produtos comprados no mercado, o que alterou o modo como os lares eram vistos, de produtores para consumidores. A partir disso, Richards sentiu a necessidade de ensinar formas otimizadas de consumo, não encontrando uma orientação teórica na discussão da Economia Política, mais interessada na produção. Como resultado, sua orientação foi no sentido da alocação do orçamento familiar de modo a auxiliar as donas de casa a consumirem de acordo com seus rendimentos (PHILIPPY, 2021).

A predominância das mulheres na Economia Doméstica, tanto das pesquisadoras quanto do público a que as teorias e práticas eram destinadas, fez com que o consumo fosse tratado como algo desagregado da Economia, a ser explorado pela parcela feminina nas Universidades. Philippy, Betancourt e Dimand (2024) argumentam que a *Home Economics* permitiu às mulheres acesso ao mundo acadêmico, assim como as possibilitou seguirem uma carreira como professoras universitárias, embora se mantivessem segmentadas da discussão econômica tradicional. Segundo os autores, Kyrk teria comentado que, apesar de sua formação em Economia, quando foi chamada para

---

<sup>8</sup> Helen H. Richards se formou em química em 1873 no recém-criado MIT, sendo a primeira mulher graduada pela instituição em um período em que era vedada a participação feminina no Ensino Superior. Em 1876, Richards convenceu o MIT a abrir um departamento para mulheres, que perdurou até 1883. Neste foi nomeada ao cargo de Instrutora em Química Sanitária. Seus estudos foram gradativamente mudando, passando de um foco nas relações dos organismos entre si e o ambiente para estudos sobre higiene e ciências sanitárias, partindo da ideia de que era necessário ensinar higiene a fim de evitar a transmissão de doenças a partir de germes dentro das residências (PHILIPPY, 2021).

ingressar no Departamento de Economia Doméstica, era vista como “economista doméstica” e não apenas como uma economista analisando o comportamento fora dos espaços tradicionais delimitados pela disciplina. Neste sentido, destacava que os problemas por ela tratados não deveriam ser vistos como problemas domésticos, mas como problemas econômicos.

A falta de validade para o trabalho produzido por Kyrk articula-se com a predominância da discussão econômica sob um viés neoclássico, enquanto a Economia Doméstica colocava-se como uma Ciência Social. De acordo com Philipppy, Betancourt e Dimand (2024, p. 14), “este posicionamento tornou visível a existência de duas *esferas* que refletiam uma divisão disciplinar de gênero: uma masculina (Economia), associada com a produção e com o mundo externo, e uma feminina (Economia Doméstica), associada com a casa e o consumo”. O cruzamento destes limites somente acontecerá quando economistas homens decidirem dar um foco ao consumo, o que é observado nas obras de Keynes e Friedman.

Embora a teoria do consumo de Kyrk flerte conceitualmente com a abordagem neoclássica, suas contribuições estão relacionadas à Economia institucional, uma vez que a Economia Doméstica se apropria das teorias de Thorstein Veblen, como é o caso do *consumo conspícuo* e da Teoria do Instinto. Conforme Zulian, Marin e Júnior (2018), Veblen debatia sobre as instituições e os comportamentos dos indivíduos, argumentando que os agentes deveriam ser vistos como parte de uma sociedade, interagindo entre si, e não de maneira isolada. Além disso, defendia a abordagem interdisciplinar da Economia, abrangendo áreas como psicologia, sociologia e antropologia, a fim de compreender melhor os hábitos e instintos individuais.

Quanto ao consumo conspícuo, é importante destacar que o conceito se refere ao comportamento do indivíduo – como ele age de acordo com as instituições sociais e o contexto histórico no qual está inserido –, voltando-se para “bens ou serviços que garantam honra, identificados por um sentimento de superioridade em relação às outras pessoas”. Isso ocorre porque “o indivíduo busca a acumulação de riqueza e almeja a superação do padrão de vida dos demais integrantes do grupo ao qual pertence”, ao que Veblen associa o termo de *emulação pecuniária* (ZULIAN; MARIN; JÚNIOR, 2018, p. 411). Para compreender melhor como tal interpretação será incorporada na análise de Kyrk, a próxima subseção explora especificamente sua teoria do consumo.

## 4.2 A Teoria do Consumo de Kyrk

As discussões prévias já anteviram que o tema do consumo foi, até os anos 1920, negligenciado pela Economia, assumindo um caráter passivo frente à produção, de modo que ao agente econômico se atribuía o papel de produtor e investidor, enquanto o consumidor era tratado como utilizador de bens, na medida em que sua figura emergia apenas quando relacionado à oferta. Mesmo no caso da Escola Marginalista, as reflexões sobre o tema não foram tão bem desenvolvidas, com os indivíduos assumindo características na teoria da utilidade e no processo de escolha que, na interpretação de Kyrk (1923), eram equivocadas e irreais, além de atemporais – ou seja, os padrões de consumo, os hábitos, os interesses ou os impulsos do consumidor independiam do lugar e do tempo histórico.

A partir deste ponto de vista, Kyrk (1923, p. 14) faz sua contribuição seminal, defendendo que os consumidores “exercem pressão sobre o mecanismo produtivo e tentam controlá-lo a partir de seus próprios interesses” (KYRK, 1923, p. 14). Deste excerto, é visível que, diretamente relacionado ao pensamento vebleniano, o consumo é socialmente determinado. Baseando-se nos avanços das ciências psicológicas, a autora investiga o conceito partindo da ideia de padrões de vida, com a justificativa de que é a partir deles que se pode obter os valores que estão por trás das escolhas do consumidor, analisando como surgem, como se moldam e se desenvolvem.

A obra *Theory of Consumption* é dividida em onze capítulos e, logo em seu início, Kyrk (1923) apresenta os pontos que serão tratados em cada um deles – quem é o consumidor, seu livre arbítrio, a relação com a distribuição de renda, a liberdade de escolha relacionada às tecnologias de



produção e à busca de lucro por parte dos produtores, o debate sobre a teoria marginal, o valor, as normas de consumo e o padrão de vida, a forma como esses padrões se alteram e se desenvolvem, além de finalizar com o que ela considera ser um alto padrão de vida. A definição de consumo, ao iniciar o livro, é importante pois projeta e delimita a discussão, definindo seus objetivos e indicando as possibilidades de explanação.

Conceitualmente, Kyrk esclarece que os consumidores são todos os indivíduos, o público em geral, que pode ser identificado a partir de seus interesses enquanto consumidores –a satisfação de desejos, realizados através de processos econômicos organizados. Não se trata, portanto, de um papel passivo, já que “é na qualidade de *escolhedor* e não de *usuário* de bens que o economista, interessado no controle das atividades econômicas, se dedica” (KYRK, 1923, p. 5).

Enquanto *escolhedor*, Kyrk (1923) atribui um caráter duplo à análise do consumo. De um lado, tem-se uma objetividade, manifesta mediante o consumo concreto (de alimentos, moradia, saúde, lazer), que pode ser analisado de maneira estatística; de outro, há um aspecto subjetivo e psicológico, relacionado à compreensão de como o consumo concreto se constrói, através do entendimento da formação de interesses individuais e de seus impulsos, manifestos no processo de escolha. A questão central passa a ser por que os indivíduos agem e escolhem o que escolhem, verificando se existe algum padrão nesse comportamento e como isso é gestado. Aliás, se o problema da escolha é central, o valor e a valoração também são, do mesmo modo que o bem-estar está entrelaçado à renda. Tais pontos não estão isolados, mas relacionados à produção – quanto que uma sociedade pode produzir e o que é escolhido para produzir.

A dificuldade ao analisar por que os indivíduos agem e escolhem o que escolhem decorre da subjetividade da reflexão quando contrastada com uma teoria da produção, o que pode ser observado mediante quatro comparativos:

- (i) A produção racionalizada permite que se distinga um resultado ruim de outro bom baseado em números, classificação que não é imediatamente possível ao consumidor em virtude da subjetividade de julgamento. Além disso, dificilmente existirá testes de sucesso que mensuram se o consumo é bom ou ruim e, se existirem, possivelmente serão difíceis de serem utilizados.
- (ii) A produção possui um fim bem determinado, a busca pelo lucro, enquanto o consumo pode assumir diversos fins, como o conforto e o bem-estar, que não são facilmente mensuráveis, além de serem difíceis de serem generalizáveis.
- (iii) O produtor tem acesso a diferentes testes em relação à qualidade e à característica das mercadorias produzidas, enquanto o consumidor possui um acesso limitado a tais informações.
- (iv) Enquanto o produtor continuamente revisa o que foi produzido, analisando e repensando maneiras de melhorar seus métodos e processos, o consumidor não tem o mesmo incentivo a fazer isso em relação aos seus métodos de consumo e aos resultados associados ao seu consumo.

Embora Kyrk vivesse em um período em que as regulamentações sobre os produtos eram pequenas e quase inexistentes (limitadas essencialmente ao setor farmacêutico), sua compreensão das diferentes dinâmicas que orientam a produção e o consumo geram um apelo pela formulação de uma nova teoria do consumo, já que o problema central do consumo não pode ser apenas anexado ao que a autora chama de ‘doutrina da utilidade marginal’.

Uma teoria do consumo, de acordo com Kyrk (1923), deve: (i) situar o consumidor na ordem industrial; (ii) analisar o consumo a fim de constatar que o consumidor só torna suas escolhas poderosas ao afetar os níveis de preços e, assim, as margens de lucro; (iii) basear-se na realidade e nos fatos, não se distanciando de outras áreas de estudo quanto à interpretação do comportamento humano; e (iv) explicar como se formam os hábitos, os padrões de consumo e o comportamento dos indivíduos. A síntese da abordagem da autora está descrita no Quadro 1.

Quadro 1 – Elementos da Teoria do Consumo presentes na obra de Hazeq Kyrk

<b>Necessidade de situar o consumidor na ordem industrial</b>	Com a Revolução Industrial, há uma separação dos problemas de consumo com os problemas da produção, o que é resultado da crescente especialização e da ampliação do comércio. Essa cisão conferiu ao consumo “um novo processo, com padrões e problemas próprios” (KYRK, 1923, p. 92), que não são capazes de serem analisados através de uma racionalização da esfera da produção.
<b>Necessidade de analisar como o consumo afeta a atividade econômica (níveis de preços e lucro).</b>	O sistema de produção determina, até certo ponto, o consumo e os problemas enfrentados pelos consumidores. Entretanto, através de sua liberdade formal de escolha, o consumidor exerce um poder sobre os preços em uma sociedade governada por este marcador. Tal liberdade de escolha, por seu turno, está associada à desigualdade de renda, e Kyrk (1923) argumenta que a renda é a maior barreira que o consumidor enfrenta para alcançar a liberdade. Por outro lado, a privação da liberdade pode estar relacionada à busca de lucro por parte dos produtores já que, ao se assumir que o consumidor é totalmente livre, recai sobre ele a responsabilidade na utilização da força produtiva.
<b>Necessidade de aproximar a Economia de outras áreas de estudo para compreender o comportamento humano</b>	Comparativamente à abordagem marginalista, a ciência psicológica e filosófica avançou no sentido de observar que os problemas do consumidor eram problemas de avaliação e de escolha, além de o ser humano não poder ser avaliado enquanto um indivíduo isolado, mas visto como um ser social. Enquanto outras áreas das Ciências Sociais aderiram a esta inflexão, a Ciência Econômica ficou para trás, ainda que tenha sido pioneira na análise do processo de escolha. Ao tentar plasticizar a discussão, justifica-se o esforço de Kyrk (1923) para atualizar a teoria do consumo, investigando como surgem os valores econômicos que orientam as escolhas dos consumidores, agora baseado nos avanços em disciplinas correlatas. Um dos caminhos para isso é através do estudo dos padrões de vida.
<b>Necessidade de explicar como se formam os hábitos, os padrões de consumo e o comportamento dos indivíduos</b>	Em uma aproximação da abordagem vebleniana, Kyrk (1923) introduz o conceito de ‘emulação pecuniária’ – a imitação dos padrões de consumo de uma classe em relação à outra. Assim, quem define os padrões de consumo a serem seguidos é sempre a classe social mais alta, que possui maior poder aquisitivo (maior renda) e molda os bens, serviços e experiências que são considerados desejáveis, de alto valor e de sucesso. Além da finalidade por si só, o consumo possibilita uma distinção social, ao exibir aos demais membros da sociedade um poder monetário.

Fonte: Elaboração própria a partir de Kyrk (1923).

A partir do exposto no Quadro 1, fica evidente quão ampla é a aproximação da Teoria do Consumo de Kyrk à abordagem vebleniana. O primeiro destaque está na compreensão da decisão individual como resultado de uma vivência coletiva. Isso porque os valores e os códigos de conduta são processos sociais, e “nossas atividades instintivas e intelectuais são canalizadas e organizadas em uma direção aprovada pela mente social; o que escolhemos e valorizamos é, em grande parte, o resultado do nosso desejo de viver como parte da sociedade, tendo aprovação nela” (KYRK, 1923, p. 169).

Diretamente relacionado a isso está o consumo conspícuo. Para a autora, uma sociedade com baixíssima desigualdade de renda teria uma reduzida procura por bens que tenham como objetivo apenas demonstrar poder de compra. Ainda assim, é possível estabelecer uma aproximação das normas de consumo partindo da ideia de *padrão de vida*. Tais padrões são códigos subjetivos que classificam o que é necessário, bom e adequado, estando ligado ao modo de vida material e também se refletindo em padrões éticos, morais e culturais. Nas palavras de Kyrk (1923, p. 172), “nada pode

ser mais claro do que o fato de o processo de consumo se organizar de acordo com conceitos do que é essencial e obrigatório, que variam não ao acaso entre indivíduos, mas por classes, por países e por períodos de tempo”.

O estabelecimento e a superação de padrões se devem às suas duas esferas formadoras – a individual e a social. Partindo do ponto de vista individual, Kyrk (1923) recorre aos instintos primários dos seres humanos, como nutrição, reprodução e autodefesa. O valor de sobrevivência está relacionado a itens básicos para a garantia da vida, possuindo uma carga social no sentido de que, ao aceitarmos o padrão estipulado, também estamos aceitando e se beneficiando da experiência do grupo.

No aspecto mais amplo, aparecem os desejos de propriedade e acumulação<sup>9</sup>, de trabalho e, principalmente, de distinção e de aprovação ou desaprovação social. Tais desejos se aproximam do valor do prestígio. Nesse sentido, Kyrk (1923) pontua que, para a grande maioria dos indivíduos, o padrão de vida se constitui a partir daquele determinado pelas classes sociais mais altas (ainda que envolva a satisfação de necessidades artificiais e não convencionais). Além disso, cada classe social tem o seu padrão e os indivíduos relutam em se afastar dele, com receio de não mais fazerem parte de um grupo específico que os define<sup>10</sup>.

Como aos padrões de vida são associados *status* diferenciados, o delineamento de bens e atividades de cada classe pode impactar a livre experimentação, de modo que quanto mais democrático for o ambiente social, menos restrito será o que cada classe pode ou não usufruir e experimentar. No limite, tem-se algumas regulamentações estabelecidas pelo Estado, como o tipo de tecido e roupa que poderia ser utilizado por um determinado grupo, o que ocorreu na Escócia do século XV. No século XX, por outro lado, Kyrk (1923, p. 253) destaca que o limite está na educação voltada para que “as pessoas conheçam o seu lugar e o que é adequado à sua classe”.

O sentimento de pertencimento se dá a partir de modos de vida, marcas de reputação e respeitabilidade, o que uniformiza comportamentos, funcionando como ‘um plano de vida’. Os objetos consumidos nesse contexto não assumem apenas uma funcionalidade (seu fim imediato), mas concomitantemente servem ao seu propósito de uso e à manutenção de prestígio<sup>11</sup>. “Este é o consumo conspícuo familiar, consumo para exibição, para contar uma história ou para dar uma informação – consumo pictórico, por assim dizer” (KYRK, 1923, p. 222).

Próximo ao consumo conspícuo estão os bens/serviços de luxo, que são todos aqueles não considerados essenciais. Conforme Kyrk (1923, p. 239), tal categoria não é rígida, já que “uma mudança de padrão sempre significa uma evolução de antigos luxos para uma classe de bens de primeira necessidade”, assim como “novos bens são necessariamente considerados de luxo” (KYRK, 1923, p. 239) ou, de outro modo, bens considerados essenciais foram, em algum momento, bens de luxo<sup>12</sup>.

Neste processo, é questionável o motivo da aceitação, como referência, do padrão de consumo das classes mais altas. Kyrk (1923) argumenta que isso ocorre, em parte, porque promove uma economia de tempo e energia – a emulação dita o caminho a ser percorrido e o que deve ser consumido. Utilizando-se da moda como forma de exemplificação, a autora destaca que há dois

<sup>9</sup> Kyrk (1923) afirma que o acúmulo de bens surgiu na produção e daí passou para o consumo.

<sup>10</sup> A fim de ilustrar algumas situações, Kyrk foca na questão alimentar – “para o inglês, o francês comedor de sapos é um indivíduo estranho e do qual se pode suspeitar” (KYRK, 1923, p. 218). Além disso, argumenta como vários costumes que, historicamente, não possuíam base científica foram provados corretos pela Ciência, conferindo às pessoas que os seguiam (em função da aceitação social) vantagens à sobrevivência.

<sup>11</sup> Kyrk (1923) argumenta que essas características parecem vir em decorrência da estratificação social, e ressalta que não são apenas para distinguir classes, mas também outras posições sociais. Nesta categoria, também estão sotaques, cerimônias, rituais e normas de etiqueta.

<sup>12</sup> Com o avanço tecnológico esse movimento fica bastante claro. Até o início dos anos 2000, celulares, computadores e acesso à internet eram considerados de luxo, enquanto hoje dificilmente uma pessoa abre mão das comodidades proporcionadas, transformadas em bens essenciais. Segundo o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, 84% dos domicílios brasileiros contavam com acesso à internet em 2023, sendo de 51% em 2015. Esse número foi impulsionado pela normalização do uso da tecnologia que, na classe C, avançou de 56% para 91%, e nas classes D e E, de 16% para 67%.

grandes movimentos no setor, quando uma nova tendência é lançada (modificando a anterior), seguida pela rápida disseminação e aceitação. A nova moda, logicamente, é iniciada pela elite ou por figuras com alto *status*, que buscam, no novo, uma maneira de se diferenciar. Ao tentar emular este comportamento, os demais indivíduos, de diferentes grupos, encontram formas para se aproximar do padrão estabelecido (seja no consumo do bem em questão, ou mediante a compra de outros produtos que o imitam, mas que são negociados a um preço mais baixo). Quando há a disseminação, atingindo as classes mais baixas, perde-se o elemento distintivo, de modo que logo passa a ser substituído por uma nova tendência.

Do exposto, fica evidente que Kyrk (1923) não indica que as pessoas não são livres para tomarem decisões, mas que são livres até certo ponto, já que no processo incorporam um controle social, e fugir daquilo que socialmente é esperado pode conduzi-las a penalidades frente aos demais. Nesse sentido, o consumidor delineado pela autora enfrenta três problemas no mercado: a restrição orçamentária, os preços e o modo de vida necessário, não sendo possível reduzir a escolha individual apenas à quantidade de recursos monetários de que o agente dispõe. Aliás, mesmo que se tenha uma alteração de rendimento, isso não implica, imediatamente, uma passagem para outro grupo social<sup>13</sup>. Do mesmo modo que a simplificação do processo de escolha à restrição orçamentária é limitada, não é possível esperar que valores possam ser facilmente racionalizados e transformados em bases estritamente científicas.

Por fim, é importante destacar que, em sua Teoria do Consumo, Kyrk (1923) discute uma diferenciação de gênero, tema até então explorado apenas no âmbito da Economia Doméstica e de forma bastante marcada temporalmente. As menções a isso ocorrem quando a autora argumenta que, devido à Revolução Industrial, as famílias passaram de unidades de produção para unidades de consumo, com as atividades domésticas sendo modificadas – ou são terceirizadas para a indústria ou, pela importância que assumem, devem ser tratadas nas residências mediante estruturas mais científicas. Com isso, a divisão do trabalho assume uma nova forma: enquanto os homens desempenham o papel de realizar atividades produtivas que geram renda, as mulheres devem planejar e realizar as despesas, assumindo o controle dos bens que serão consumidos.

Isso não significa, entretanto, que as atividades domésticas sejam frugais e simples. Em sua argumentação, evidencia que, para que o consumo seja realizado de forma a evitar desperdício e elevar os padrões, é necessário tempo, conhecimento e competências. Ou seja, o bem-estar da família é uma articulação entre o trabalho de quem ganha a renda, e de quem decide como gastá-la. A falta de reconhecimento da importância desta tarefa fará com que o trabalho não-remunerado seja validado como não-trabalho, permanecendo fora da análise econômica tradicional<sup>14</sup>.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de que o consumo tem um caráter social e institucional está presente em *Theory of Consumption* (1923) de Hazel Kyrk. Porém, a invisibilidade da autora, de sua obra e de suas contribuições ao debate microeconômico, evidenciados neste artigo através de uma pesquisa bibliométrica e na análise das ementas de disciplinas relacionadas ao tema em cursos de Economia de algumas universidades brasileiras, evidencia seu apagamento na história do pensamento

<sup>13</sup> Kyrk (1923) destaca o movimento das ‘primeiras famílias ricas’, que tinham por intuito impedir a emulação e a entrada dos ‘novos ricos’ à essa classe que pertenciam, garantindo sua exclusividade. É da união de valores de prestígio com outros valores, que as famílias buscam manter sua posição, criando símbolos que não podem ser emulados. Um exemplo disso, na sociedade atual, são os carros da Ferrari. No caso dos modelos exclusivos e de edição limitada, não basta ter dinheiro – a empresa possui uma política que busca preservar o prestígio do carro e da marca, exigindo a adequação do comprador a diversas regras antes da efetivação da compra (RAMOS, 2022).

<sup>14</sup> A divisão sexual do trabalho exposta por Kyrk (1923) está na base da discussão promovida por Gary Becker, ao estruturar a Economia da Família. Na análise beckeriana, entretanto, perde-se a paridade de importância entre as atividades realizadas por homens e mulheres, com a parcela feminina tendo menor inserção no mercado de trabalho e maior permanência no ambiente doméstico em virtude de sua menor produtividade econômica, refletida nos salários.

econômico e na formação do(a) economista. Nosso argumento foi no sentido de romper com o androcentrismo que marca o estudo e o ensino da disciplina e resgatar a contribuição de Kyrk para a teoria do consumo.

Este androcentrismo já se expressa no ambiente acadêmico a ser ocupado pela autora. Embora economista de formação, sua inserção no Departamento de Economia da Universidade de Chicago se dará, *pari passu*, com uma forte inserção no Departamento de Economia Doméstica que, conforme Becchio (2020), permitia uma acomodação de novas questões trazidas pelo debate econômico, ao mesmo tempo que a área das Ciências Econômicas se mantinha resistente à feminização da profissão.

Dentre as novas questões trazidas por Hazel Kyrk, estava uma tentativa de dar à análise do consumo a devida importância na compreensão do funcionamento do sistema econômico – situando o consumidor na ordem industrial e buscando explicar como o consumo afeta a atividade produtiva. Além disso, sua aproximação com o pensamento institucional fez com que reconhecesse a necessidade de reduzir os limites estreitos da Economia, aproximando-a de outras áreas do conhecimento. A partir disso seria possível compreender como se formam os hábitos, os padrões de consumo e o comportamento dos indivíduos, uma vez que o agente econômico central de sua Teoria do Consumo é o consumidor social (*escolhedor*), e não apenas individual (*usador* - racional maximizador).

A importância da compreensão da decisão individual como resultado de uma vivência coletiva faz com que conceitos como *padrões de vida* e *sentimento de pertencimento* possam ser usados para destacar a ideia de Kyrk sobre como os valores e os códigos de conduta são processos sociais. O exemplo da moda, a *la* consumo conspícuo e desejo de emulação, mostra que o que escolhemos e valorizamos é, em grande parte, o resultado do nosso anseio por ser parte da sociedade e ter a sua aprovação, pensamento mais do que atual quando observamos a nossa realidade. Disso, fica evidente que o consumidor de Kyrk não é inerte, passivo e imutável como o agente representativo aceito pelo pensamento dominante na época, confronto que se mantém diante da predominância neoclássica na abordagem *mainstream* e, portanto, na formação acadêmica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACKHOUSE, Roger E. **História da Economia Mundial**. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.

BECCHIO, G. **A history of feminist and gender economics**. Londres/Nova York: Routledge, 2020.

BIANCHI, A. M. On behalf of Antonio Maria: recent tendencies in economic methodology. **MPRA Paper**, n. 2057, Munich, p. 1-18, Feb. 2010.

CAMERER, C. Behavioral Economics. Paper prepared for **World Congress of the Econometric Society**. London, 2005.

DIMAND, Robert W.; LOBDELL, richard A. Kyrk, Hazel (1886-1957). In: DURLAUF, Steven N.; BLUME, Lawrence E. **The New Palgrave Dictionary of Economics**. 2º Ed. Nova York: Palgrave Macmillan, 2008.

FISCHER, Aline; TRENCE, Pedro Guimarães; MARIN, Solange Regina; BOHN, Liana. HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO E AS MULHERES: A TEORIA DO CONSUMO DE HAZEL KYRK (1886–1957). In: **Anais - XVI Encontro de Economia Catarinense** - Blumenau-SC, 2023. Disponível em: <<https://doity.com.br/anais/xvieec/trabalho/275651>>. Acesso em: 06/05/2024 às 10:18

- HUGON, Paul. **História das Doutrinas Econômicas**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 1980.
- KAHNEMAN, D. **Rápido e devagar: duas formas de pensar**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- KUIPER, Edith. **A Herstory of Economics**. New York: Wiley, 2022.
- KYRK, Hazel. **A Theory of Consumption**. Boston e New York: Houghton Mifflin Company, 1923. Disponível em: <https://historyofeconomicthought.mcmaster.ca/kyrk/TheoryofConsumption.pdf>.
- MANCEBO, Deise; OLIVEIRA, Dayse Marie; FONSECA, Jorge Guilherme Teixeira da; SILVA, Luciana Vanzan da. Consumo e subjetividade: trajetórias teóricas. **Estudos de Psicologia**, v. 7, n. 2, p. 325–332, 2002.
- MASON, Roger S. A Pathfinding Study of Consumption. *SAGE Journals*, v. 20, n. 2, 2000.
- MELLO, Cristina Helena Pinto De; DELBONI, Denise Poiani. Ensaio sobre Economia do Consumo e Trajetória Profissional. **RECAPE**, v. 4, n. 1, p. 98–110, 2014.
- MOREIRA, Paulo Sergio da Conceição; GUIMARÃES, André José Ribeiro; TSUNODA, Denise Fukumi. Qual ferramenta bibliométrica escolher? Um estudo comparativo entre softwares. **P2P & Inovação**, v. 6, p. 140–158, 2020.
- PHILIPPY, David. Ellen Richards's Home Economics movement and the birth of the Economics of Consumption. **Journal of the History of Economic Thought**, Cambridge University Press, v. 43, n. 3, p. 378–400, 2021.
- PHILIPPY, David; BETANCOURT, Rebeca Gomez; DIMAND, Robert W. Hazel Kyrk's intellectual roots: when first-generation Home Economists met the Institutionalist Framework. **Research in the History of Economic Thought and Methodology**, Emerald Publishing Limited, v. 41D, p. 7–26, 2024.
- PINDYCK, Robert; RUBINFELD, Daniel. **Microeconomia**. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2014.
- RAMOS, Tales. **Para comprar uma Ferrari não basta ser rico, existem regras rígidas**. [S.l.], mai. 2022. Disponível em: <https://exame.com/casual/comprar-ferrari-rico-regras/>.
- SCHIENBINGER, Londa. **O Feminismo mudou a Ciência?** Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- SIMON, H. A. **Administrative behavior**. New York: The Free Press, 1976.
- STEPNICKA, Nina; WIACZEK, Paulina. Time Banks vs Household Production Theory and Threats to the Fiscal Security of the State. **Prace Naukowe/Research Papers**, n. 7(63), 2019.
- TREZZINI, Attilio. Hazel Kyrk, the Economics of the Social Relevance of Consumption and Keynes' Consumption Function. In: FIORITO, Luca, SCHEALL, Scott; Suprinyak, Carlos Eduardo. (Ed.) **Research in the History of Economic Thought and Methodology - Including a Symposium on Hazel Kyrk's: A Theory of Consumption 100 Years after Publication** (Research in the History of Economic Thought and Methodology, Vol. 41D, Emerald Publishing Limited, Leeds, 2024).
- VARIAN, H. R. *Microeconomia: Princípios Básicos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

VIEIRA, JOSÉ DANIEL MENDES. A Teoria Neoclássica e a Teoria Comportamental: Porque a Teoria Neoclássica não é suficiente para analisar as escolhas reais dos agentes na economia. **Relatório PIEPEX**, Universidade Federal de Alfenas, Varginha, 2019.

ZULIAN, Aline; MARIN, Solange Regina; JÚNIOR, Orlando Martinelli. Comportamento dos indivíduos e instituições: uma abordagem Vebleniana. **Economia e Sociedade**, Unicamp, v. 27, n. 2, p. 409–430, 2018.